

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS-UNIS/MG
COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
HELDER SEZINALDO QUEIROZ COUTINHO

A POSSIBILIDADE DE DESUMANIZAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DE
JORNAIS SENSACIONALISTAS

Varginha
2017

HELDER SEZINALDO QUEIROZ COUTINHO

**A POSSIBILIDADE DE DESUMANIZAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DE
JORNAIS SENSACIONALISTAS**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof. Marco Antônio Nogueira Azze.

**Varginha
2017**

HELDER SEZINALDO QUEIROZ COUTINHO

**A POSSIBILIDADE DE DESUMANIZAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DE
JORNAIS SENSACIONALISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais - UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação do Professor Marco Antônio Nogueira Azze.

Aprovado em / /

Prof. Marco Antônio Nogueira Azze.

Prof.

Prof.

Dedico aqui um espaço a todos que puderam me ajudar a organizar as ideias e a encontrar os ótimos livros que serviram de base para a confecção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um que não me deixou desanimar durante esta pesquisa e que contribuiu apresentando reflexões que me guiaram rumo não só à uma monografia melhor, como também ao meu engrandecimento como ser humano.

“A felicidade é a mais insidiosa das prisões.” – V
for Vendetta.

RESUMO

Esta monografia busca discutir quanto à possibilidade de desumanização dos indivíduos por meio de tipificações em programas policiais conhecidos pelo seu sensacionalismo; de tal forma que seres humanos suspeitos de terem cometido algum crime acabariam taxados por eles, direta ou indiretamente, como sendo inferiores à condição humana. Para embasar este ponto, foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito da influência da linguagem na criação tanto das identidades, quanto da possível manutenção de um sistema coisificador. Das obras estudadas, foram analisadas e coletadas as justificativas de profissionais das ciências sociais e humanas, sobre a natureza do homem, a função das instituições e os responsáveis por preservá-las. Ficou esclarecido então, que o sensacionalismo acaba servindo como um meio para etiquetar os indivíduos humanos de forma precipitada e difamatória, além de criar uma atmosfera na qual a sociedade atingida pela influência de jornais desse tipo, pode, inclusive, perder momentaneamente a consciência de que sempre esteve em seu poder fazer as melhorias necessárias em seu modo de vida. Contudo, independente dos conteúdos e possíveis efeitos de qualquer mensagem vinda de jornais, não se pode ignorar que, se determinada população esteve adormecida quanto aos seus poderes, isto poderia ser também devido ao conformismo e à má-fé de seus membros.

Palavras-chave: Objetificação. Sensacionalismo. Hábito. Reificação. Construção da realidade.

ABSTRACT

This monograph intends to discuss the possibility of dehumanization individuals through the typifications made during police programs known for their sensationalism; so that human beings suspected of committing a crime would end up being taxed directly or indirectly by them as inferior to the human condition. To support this point, a bibliographical research was carried out regarding the influence of language on the creation of both identities and the possible maintenance of an objectification system. From the works studied, the justifications of professionals of the social and human sciences were analyzed and collected, on the nature of the man, the function of the institutions and those responsible for preserving them. Thus, was explained that sensationalism could work as a mean to label human individuals in a hasty and defamatory manner, as well as creating an atmosphere in which a society affected by the influence of newspapers of this kind, may even, momentarily, lose the consciousness that it has always been in your power to make the necessary improvements in your way of life. However, regardless of the contents and possible effects of any message from newspapers, it can not be ignored that if a particular population was asleep about its powers, this could also be due to the conformism and bad faith of its members.

Keywords: *Objectification. Sensationalism. Habit. Reification. Construction of reality.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OS MOTIVOS DA SUJEIÇÃO SEGUNDO ÉTIENE DE LA BOÉTIE.....	11
3 JEAN PAUL SARTRE E O QUE O HOMEM FAZ DE SI MESMO.....	14
4 A COISIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO.....	16
4.1 O amparo da Lei.....	16
5 O SENSACIONALISMO.....	19
6 A ORIGEM DOS CONCEITOS.....	23
7 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E SUAS SEQUELAS.....	25
7.1 Socialização primária e secundária.....	28
8 A MANUTENÇÃO DA REIFICAÇÃO PELO SENSACIONALISMO.....	30
9 UM EFEITO COLATERAL DE SE DESUMANIZAR UM ESTUPRADOR.....	33
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre quanto à possibilidade de desumanização por meio de veículos sensacionalistas. Tal abordagem se faz necessária devido à atenção que deve ser prestada ao tratamento que é dado ao ser humano quando os jornalistas não apuram corretamente os fatos ou quando o que dizem e escrevem acaba servindo como meio de propagação de ataques à dignidade.

É importante lembrar também a importância do trabalho para a prática de estudo na Comunicação Social, e que discutir a respeito da falta de ética profissional no jornalismo, e as ocasiões em que houve a conversão de notícias em espetáculos berrantes para captar a atenção de telespectadores e leitores, pode ser um excelente exercício de percepção para os envolvidos com os meios de comunicação, e também para os que os acompanham.

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir sobre alguns momentos em que o sensacionalismo e sua forma precipitada de divulgar acontecimentos, foram em parte, responsáveis pela coisificação de pessoas em solo brasileiro.

Fica, além disso, exposto que há perigos inerentes ao ato de etiquetar algo ou alguém. Este tipo de ação, por mais útil e fundamental que possa ser no estudo dos fatos, pode flertar com a discriminação em nível de preconceito.

Para compor este trabalho foi necessária uma pesquisa bibliográfica e também a menção de exemplos de momentos em que jornais policiais sensacionalistas teriam objetificado indivíduos.

Segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes diretas, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Dentre as fontes pesquisadas estavam: livros impressos, sites, e um programa de televisão, estudados à luz da metodologia qualitativa.

“A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências, de comportamento etc.”. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

O presente trabalho, é composto de elucidações dadas por filósofos e sociólogos a respeito de servidão, liberdade, coisificação, linguagem e sociedade. Seguem entre essas explicações o que vem a ser sensacionalismo dentro do jornalismo e como o jornalismo policial sensacionalista poderia colaborar para manter as pessoas acostumadas com a violência e outros problemas sociais.

2 A OS MOTIVOS DA SUJEIÇÃO SEGUNDO ÉTIENE DE LA BOÉTIE

Étienne de La Boétie (1530-1563) nasceu numa família culta e abastada na cidade francesa de Périgord. Aos 17 anos já havia se formado com honras em direito na Universidade de Orleães, e graças ao seu bom desempenho nos estudos, ganhou do rei Henrique II uma licença para trabalhar como conselheiro do Parlamento de Bordéus. Seus pensamentos e escritos tiveram entre outras inspirações o movimento da Renascença.

Seu livro, *Discurso da Servidão Voluntária*, foi escrito enquanto ainda era estudante, mas acabou sendo publicado apenas após a sua morte prematura, com quase 33 anos de idade. Esta pequena obra discorria sobre os motivos que levavam os homens a abaixarem a cabeça e aceitar uma vida de sujeições por parte de seus mandatários.

Fosse a um soberano apenas ou a mais de um, ele considerava ser entristecedor depender da imprevisível vontade alheia. Desse modo, o autor passa a explicar o que levaria a acontecer o que ele chama de “servidão voluntária”.

Longe de incitar revoluções, La Boétie (2013) afirma também que um tirano não precisa ser deposto com violência, e em contraponto que domina pessoas, é também dominado pela dependência que cria em torno dessa ideia, pois, deve manter seus súditos sob o crivo de aceitação de sua superioridade. Seu maior pesadelo advém de seus servidores passarem a não encará-lo mais como superior e por consequência não mais lhe obedecer nem lhe dar nada.

De fato, a servidão está alienada aos que a sustentam e lhe dão legitimidade. Portanto, a queda da opressão aconteceria a partir do momento que fosse notado que o macropoder dos tiranos é sustentado pelo micropoder de seus servos. Deste modo, bastaria interromper todas as formas de obediência para quebrar a cadeia de poder.

Ocorre, porém, que há situações que corroboram com a manutenção do modo de vida servil. Entre elas algo superior ao medo, visto que não faz sentido lógico racional milhares temerem apenas um, em face à proporcionalidade objetiva. No entanto a subjetividade extrapola o caráter de realidade dos fatos. Dentre estes motivos, um deles seria a própria escolha de membros do próprio povo, eleitos para dividir as responsabilidades na administração pública.

Um tirano (palavra escolhida pelo autor para melhor representar um escolhido que se tornara corrompido e injusto, ou assim sempre o fora) teria duas pessoas abaixo de si, que por sua vez comandariam quatro cada um, e estas comandariam oito cada, e assim sucessivamente, numa

hierarquia de pressão e vigia. A própria população se venderia em troca de somas atraentes postas em seus bolsos. Quantias estas que ironicamente haviam sido coletadas destes mesmos bolsos. Dando vida a uma roda de espionagens, delações e subornos que tolhem de todos, sem exceção, a liberdade. O próprio tirano não teria amizades, mas apenas cúmplices em seus roubos. Sujeitos que aguardariam um momento conveniente para lhe tomar o lugar.

Toda esta pirâmide organizada para vigiar e prender, seria desmanchada, desde que as pessoas simplesmente fossem resolutas em não querer mais servir.

Não há dificuldades na compreensão de que a servidão não é natural. Pois tendo nascidos iguais, os homens seriam desde o momento em que nascem, feitos para a liberdade e nunca para uma vida submissa. Sendo a submissão o suprassumo da degradação do indivíduo. Algo antinatural.

Porém, de nada adianta debater se a liberdade é natural ou não, justamente porquê “não é possível manter alguém em servidão sem prejudicá-lo; e que não haveria no mundo nada mais contrário à natureza, completamente racional, que a injustiça” (LA BOÉTIE, 2013, p.41). Sendo, portanto, a liberdade algo inerente e próprio do homem.

E o que poderia tirar das pessoas a vontade de alcançar todo seu potencial? Algo que seria possível somente estando livre.

A resposta à essa questão, para La Boétie é o hábito. Ele seria o grande responsável pela conformação das pessoas, mesmo nas situações menos otimistas. A natureza em si, por mais forte que seja, perderia numa disputa de forças, quando confrontada pela capacidade que o hábito tem de fixar os indivíduos em qualquer situação, por mais desconfortável que esta possa ser.

Por isso, aqueles que já tivessem nascido em um lugar onde a liberdade fosse apenas um cochicho, mereceriam ser vistos com pena. Já que nunca foram livres, justamente por serem frutos de gerações que jamais puderam ser assim. De modo que tivessem a escravidão como natural.

“O homem é naturalmente livre e quer sê-lo, mas sua natureza é tal que se amolda facilmente à educação que recebe.” (LA BOÉTIE, 2013, p. 50).

Se mesmo os avós dos escravos nunca tivessem tido uma vida sem um senhor, não haveria motivo para ficar frustrado com os netos por não terem vontade ou o desejo de um mundo diferente.

“[...] a primeira razão pela qual os homens servem voluntariamente é porque nascem servos e são educados como tais.” (LA BOÉTIE, 2013, p. 53).

Estes, mesmo que por um segundo pensassem em verbalizar algum pensamento fora de toda a influência que tiveram, acabariam reprimindo este impulso, visto que seria muito mais fácil repetir e reforçar todos os argumentos a favor da vida que levam. Um pensamento fora deste ponto de vista possivelmente mereceria represálias pesadas e por isso não poderia ser exposto.

Mas nem todos aceitam o peso do jugo, como escreve o autor quando se refere ao fato de que sempre existem aqueles que não se contentam, como os demais, em ter a coerção como rotina. Tais pessoas são as que cultivam o estudo e o saber para se orientarem sobre como era o passado, como poderia ser o futuro, e assim poder escapar das armadilhas do presente. Estes indivíduos não se deixam cativar, no sentido literal da palavra, pela conformação.

3 JEAN PAUL SARTRE E O QUE O HOMEM FAZ DE SI MESMO

Para o filósofo, escritor e crítico francês Jean Paul Sartre (1905-1980), se o homem se encontra num estado de submissão, é porque esta foi uma escolha sua.

Ele afirmava que seria impossível não escolher. E que mesmo que alguém o fizesse já estaria escolhendo não escolher. Um paradoxo inescapável e uma responsabilidade que só teria fim na morte. A liberdade é, portanto, inerente à todas as pessoas. Não obstante, o que cada um escolhe acaba servindo como exemplo para os outros.

O que todo indivíduo faz de si, acabaria também, não afetando somente ao dono da escolha, mas ecoa como modelo de comportamento. Cada projeto individual de ser humano que se realiza é uma sugestão do que o outro deveria ser, e com isso se tem um peso enorme da responsabilidade de ser, querendo ou não, um legislador.

Desta responsabilidade viria a angústia, acompanhada pelo desamparo de se estar sozinho nesta vida para escolher o que fazer dela. Sartre explica o desamparo como resultado da falta de apoio divino. Pois o existencialismo ateu, que ele representa, afirma que não foi um Deus que fez o homem, mas o homem é quem faz a si mesmo. E para isso, cada um deve contar apenas consigo.

Daí nasce o desamparo. Desta falta de uma muleta transcendental que pudesse justificar o motivo da sua existência. Além da situação em que o indivíduo se encontra por não poder realmente contar com qualquer outra pessoa além de si mesmo para mudar sua vida.

Sartre (1970) diz que o motivo para a vida deve ser criado por cada um. E não somente isso. As paixões também o seriam. Tudo que o homem precisar para definir a sua essência é ele mesmo quem deve criar.

Não fossem já pesados demais o desamparo por estar só na peleja da vida, e a angústia por ser responsável não apenas por si mesmo, mas também pelo que se passa aos outros quanto ao tipo ideal de comportamento, ainda há o desespero por saber que só se pode contar com o que depende de nossa vontade e das probabilidades que tornariam as ações possíveis.

“O ser humano está condenado a ser livre.” (SARTRE, 1970, p. 7). Ele nunca poderá deixar de escolher. Se ele escolher servir por medo de ser punido caso não o faça, terá escolhido servir para não ser agredido. Mas se escolher lutar para não servir, mesmo que morra lutando,

terá ainda assim escolhido. Não há um modelo de vida que seja mentalmente sã e ao mesmo tempo ausente da oportunidade de optar.

[...] o existencialista, porém, quando descreve um covarde, afirma que esse covarde é responsável por sua covardia [...], pois o que cria a covardia é o ato de renunciar ou de ceder: um temperamento não é um ato e o covarde se define pelos atos que pratica. O que as pessoas, obscuramente, sentem, e que as atemoriza, é que o covarde que nós lhes apresentamos é culpado por sua covardia. (SARTRE, 1970, p. 11-12).

E se por qualquer motivo o homem afirmar que sofreu isso ou aquilo por culpa do destino ou de alguém, estará assim agindo, conforme escreveu Sartre, de Má-fé. Imputando a fatores externos a culpa por algo. Sendo que anteriormente, ele, o homem é quem não teve coragem para escolher um futuro diferente.

“[...] o homem nada mais é do que seu projeto; só existe na medida em que se realiza; não é nada além do conjunto de seus atos, nada mais que sua vida.” (SARTRE, 1970, p. 11).

Tamanha crueza pode assustar quem cultiva expectativas. Algo que não passa de ilusão para o autor. Sendo a esperança, para ele, algo também totalmente descartável para se fazer qualquer empreendimento. O mais prudente seria que cada um se engajasse dando o melhor de si. Sem esperar nada além do resultado mais óbvio e imediato por suas ações particulares. O futuro caberia aos que viriam. O sujeito, que se ocupasse do presente, apenas.

4 A COISIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO

Para Jean Paul Sartre, as pessoas podem ser classificadas como sendo os Para-Si e as coisas como os Em-Si. O homem, segundo o filósofo, em sua obra *O Ser e o Nada – Ensaio de Ontologia Fenomenológica* (2009), é um nada que escolhe ser algo. Portanto, é inerente ao Para-Si, a existência de um leque de possibilidades que ele poderá escolher para dar significado à sua vida, conforme o rumo que preferir tomar. Enquanto que o mesmo não ocorre com objetos; tidos, como desprovidos de uma autoconsciência e por isso, incapazes de se perceberem.

O significado dos objetos é portanto, fixo, fechado, e assim permanecerá enquanto um Para-Si não transformá-los.

Qualquer tentativa da pessoa de negar as possibilidades que lhe são possíveis em detrimento de apenas uma, e com isso assumir um papel social fixo, é descrito por Sartre como um processo de coisificação. Nele o indivíduo usa de Má-fé, ou “mentir para si mesmo”. O que não é sempre negativo. Nesta situação, a pessoa abandona a abrangência de significados potenciais dentro do Para-si e se transforma (ou deixa transformar) em algo próximo do Em-si. Mas a escolha deste foco não deixa de coisificá-lo.

A princípio, este processo não implica qualquer decréscimo em relação à sua percepção de mundo, apenas à uma transformação com base nos critérios norteadores do estilo de vida que ela escolher. Em outras palavras, se o indivíduo escolher ser um veterinário, precisará aprender a ver, pelo menos o mundo profissional no qual está inserido, conforme um conjunto de significações específicas de sua profissão.

4.1 O amparo da Lei

Ocorre, porém, que nem sempre a coisificação é opcional e tampouco benéfica. Há casos em que esta objetificação do ser humano decorre de influências externas com intenções unicamente pejorativas. Dentre elas, as provenientes dos meios de comunicação, através de programas e cadernos de notícias policiais sensacionalistas, os quais costumam classificar os suspeitos de terem cometido infrações antes mesmo do veredito ter sido dado, após o julgamento adequado. O que também viola o princípio da presunção de inocência, que pode ser encontrado

no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, onde se afirma que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Com o duplo papel que desempenha na sociedade moderna – como veículo de notícias e de opinião -, o jornalismo, de modo geral, não pode prescindir das responsabilidades éticas, dos deveres morais básicos que estão implícitos na natureza da comunicação social e que se exprimem pelas suas funções informativa e comunicativa. (BAHIA, 2009, p. 223).

Contudo, dependendo de fatores como o posicionamento político-econômico do veículo e de fatos pouco apurados, as notícias e reportagens nos citados conteúdos midiáticos, acabariam assim, servindo para distorcer o que realmente aconteceu e denegrir a imagem dos envolvidos nos acontecimentos relatados.

Algo não raro dentro do sensacionalismo, que nas palavras de Nilson Lage (2006), em *A estrutura da notícia*, se caracteriza por uma forma de expor os fatos dando ênfase às histórias sentimentais e de crimes, que distraem e ao mesmo tempo projetam as aspirações e angústias de grandes massas. Segundo ele, este tipo de jornalismo é competitivo e voltado para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente pode espalhar mentiras.

Como lembra Guilherme Fernandes Neto (2004) em seu livro *O Direito da Comunicação Social*, o princípio da dignidade da pessoa humana, garantido pelo art. 1º, III da Constituição da República Federativa do Brasil, impõe à Comunicação Social o dever de seguir a decência, respeitar o decoro, e não expor, nem explorar sensacionalisticamente as mazelas do ser humano, de modo a conspurcar as qualidades morais dos indivíduos.

Entretanto, não é preciso procurar muito para encontrar exemplos, tanto no passado, quanto no presente, de que isso foi, e tem sido, ignorado por muitos veículos de comunicação, os quais são objetos de estudo deste trabalho. Sendo conhecidos como programas policiais na televisão, no rádio e como cadernos ou editorias policiais nos meios impressos. É neles, como explica que Adilson Citelli (2002) em seu livro *Linguagem e Persuasão*, que podem ser encontrados exemplos dos “Discursos dos justiceiros”, como os empregados no programa radiofônico de Gil Gomes e no jornal impresso Notícias Populares, “responsáveis por despejar rajadas de sangue e ódio, como metralhadoras giratórias, todas as manhãs na cidade de São Paulo”.

[...] Gil Gomes apresenta um desfile de casos escabrosos e finda por condenar criminosos, ladrões, violentadores, transgressores da ordem e da lei – pelo menos alguns, evidentemente. É ele que [...] relata os casos, mas ao mesmo tempo se transforma em tribunal e juiz, sumo sacerdote do bem. (CITELLI, 2002, p. 69).

Outro exemplo disso seria o que aconteceu em julho de 2010, durante o programa policial *Brasil Urgente*, exibido pela Rede Bandeirantes. Nele, o apresentador José Luiz Datena, comentou após a exibição de uma reportagem a respeito de um assassinato, que somente “uma pessoa sem Deus no coração” seria capaz cometer tal crime. Até este ponto Datena havia se equivocado ao usar do senso comum, ser generalista e supor (desprezando o dever de primeiro investigar para se ter certeza) que o dito criminoso seria uma pessoa assumidamente atea.

Porém, no decorrer desta mesma edição, ele insistiu em dizer que ateus (segundo sua modesta opinião) “não teriam limites”, que seriam “pessoas do mal”, “aliadas do capeta” e responsáveis por guerras, pestes e a fome no mundo. Além de fazer claras afirmações de que, com raras exceções, ateus seriam criminosos e de que todos os criminosos seriam ateus.

Durante a transmissão ao vivo do programa neste dia, foi feita, inclusive, uma pesquisa por telefone, na qual os telespectadores poderiam responder “sim” ou “não” para a pergunta “Você acredita em Deus?”.

Seus comentários não passaram como irrelevantes pela ATEA (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos) e após cinco anos, a Band foi condenada a exibir durante o *Brasil Urgente*, quadros a respeito da diversidade religiosa e a liberdade de crença.

O sensacionalismo é mais tolerável como uma distorção ocasional, temporária, e não um estilo ou uma conduta. Quando assume caráter permanente e passa a violar direitos constitucionais, normas éticas ou princípios comuns aos cidadãos, o seu campo já não é o da opinião livre, mas o da infração legal, e é nesse limite que deve ser situado, julgado ou combatido. (BAHIA, 2009, p. 218).

5 O SENSACIONALISMO

Danilo Angrimani (1995), em seu livro *Espreme que sai Sangue* explica o sensacionalismo desde a sua origem, e que apesar de ser difícil de precisar, traços deste gênero jornalístico podem ser encontrados desde o início da imprensa francesa, entre 1560 e 1631, e da estadunidense em 1690.

O autor também esclarece a definição do termo “sensacionalismo” como sendo o ato de tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso.

Um jornal sensacionalista seria diferente dos jornais informativos comuns por nem ao menos tentar ser imparcial em suas narrativas, e por extrapolar o tratamento de assuntos, destacando-os de forma exagerada e muitas vezes antiética.

Desde o começo da história dos jornais, escândalos sexuais, assassinatos, desastres da natureza, e outros fatos impressionantes impulsionavam uma indústria de brochuras e folhetins que prosperava vendendo centenas de milhares de tiragens numa época sem muitas formas de lazer e sedenta por novidades. Em um tempo em que a exatidão dos fatos não era uma exigência, acontecimentos fora da normalidade, e por vezes grotescos, já rendiam manchetes com letras enormes e gravuras chocantes estampadas nas primeiras páginas.

Devido à sua alta rentabilidade, o sensacionalismo se tornou uma “arma” para conquistar mais leitores. Um exemplo disso foi a disputa entre os jornais novaiorquinos *New York World* editado por Joseph Pulitzer, e o *Morning Journal* de William Randolph Hearst. Ambos os veículos tinham uma rixa inclusive a respeito de uma divulgação dominical de histórias quadrinhos. O que terminou ajudando a caracterizar este tipo de imprensa como “Amarela”, devido ao “Yellow Kid”, personagem de quadrinhos usando uma camisola de dormir amarela, desenhado por Richard Felton Outcault para o jornal de Pulitzer, e por George Lucks no jornal de Hearst.

O que sustenta um jornal sensacionalista, além de seus patrocínios e leitores, são os “fait divers”. Estes são os acontecimentos chocantes dos quais esse gênero jornalístico pode ter o que, mastigar e então regurgitar para seu público alvo, fazendo uso da linguagem mais coloquial possível.

“O fait divers, [...] vai até o fundo da morte e da mutilação, com a ‘lógica irreparável da fatalidade’. Ele acentua que o horrível, o ilícito, o destino e a morte, irrompendo a vida cotidiana, são consumidos “não como um rito criminal, mas na mesa, no metrô, com café e leite”. (MORIN, 1962, apud ANGRAMANI, 1995, p. 26, grifos do autor).

No Brasil, quando se faz referência a um jornal sensacionalista, o termo utilizado, segundo Angramani, é “imprensa marrom”, possivelmente uma apropriação do adjetivo francês “cimarron”, antes usado no século XVII para tratar de escravos fugidos ou em situação ilegal.

De acordo com a Enciclopédia Larousse, trata-se de um adjetivo aplicado a pessoas que exercem uma profissão em condição irregular, ‘médecim marrom’, ‘avocat marrom’. A expressão ‘imprensa marrom’ ainda é amplamente utilizada quando se deseja lançar suspeita sobre a credibilidade de uma publicação. (ANGRIMANI, 1995, p. 22, grifos do autor).

Em *Jornalismo de TV* (2005), Luciana Bistane e Luciene Bacellar citam que apesar do jornalismo sensacionalista já ter longa carreira em solo brasileiro por meio da mídia impressa, este tipo de gênero jornalístico só foi aparecer nas televisões nacionais em um programa intitulado como *Aqui, Agora*, transmitido pelo canal SBT de 1991 até o ano de 1997, quando foi extinto; mas não sem “fazer escola” e servir de exemplo para que programas semelhantes proliferassem, fazendo uso da fórmula “quanto mais sangue, melhor”.

“Investidos de uma autoridade auto-outorgada, apresentadores surgem na tela falando alto, dedo em riste, e se dizem indignados com a impunidade. Cinicamente, pedem o fim da violência, matéria-prima de seus produtos.” (BISTANE; LUCIANA, 2005, p. 81).

Cinismo este que poderia até ser visto com ironia. Algo que para Sartre (2009) é entendido como uma postura paradoxal, na qual se afirma algo negando e da mesma forma, nega-se este algo afirmando.

“A mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação. Nessa soma de ambiguidades se revela um agir dividido, esquizofrênico”. (ANGRIMANI, 1995, p. 17).

Este tipo de jornalismo, por vezes, coisifica e assim conseqüentemente, desumaniza os suspeitos de terem cometido algum delito, como no caso icônico do sensacionalismo brasileiro que foi destaque não só na tevê, como também em jornais impressos, entre eles o já extinto *Notícias Populares*. Este caso em especial pode ser estudado através da leitura do livro-

reportagem escrito pelo jornalista Alex Ribeiro e que leva o nome de *Escola Base – Os abusos da Imprensa*.

A obra conta como seis membros da Escola de Educação Infantil Base na zona sul da cidade de São Paulo, entre eles as duas donas desta escolinha, seus maridos, o motorista da Kombi que carregava as crianças, e também a esposa deste, foram, em 1994, equivocadamente considerados pedófilos e tiveram suas vidas destruídas após seus nomes e rostos serem expostos em jornais que fizeram pouquíssimo esforço para averiguar se as acusações feitas contra os suspeitos tinham base sólida ou não.

Estes programas e cadernos policiais, quando são elaborados por um raciocínio maniqueísta, conforme explica Hélio Pereira Bicudo (1994), dividem o “certo” e o “errado”, o policial e o delinquente. Isso acaba servindo de base para seus discursos, nos quais os suspeitos de terem cometido algum crime também chegam a ser chamados de indivíduos “peçonhentos”, “imundos”, “safados”, entre outras descrições ofensivas.

Segundo Bicudo, tais afirmações ajudam a passar a imagem de que os ditos delinquentes são sempre os mentirosos que precisam ser eliminados pelas forças policiais o mais rápido possível. Sendo estes infratores, na maior parte dos casos, pessoas pertencentes às camadas populares. Assim, o veículo jornalístico deixa de cumprir o que Noblat (2002) afirmava como a função social do jornalismo, além de abandonar a posição de instituição que deveria aprimorar a consciência da população.

Um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade um determinado espaço de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real dessa consciência. E que não tema jamais ampliá-la, Pois se não lhe faltarem talento e coragem, refletirá tão-somente uma consciência que de todo ainda não amanheceu. Mas que acabará por amanhecer. (NOBLAT, 2002, p. 21)

Entretanto, ao invés de prezar pela objetividade e imparcialidade, numa ação que mobilizaria a população; notícias e reportagens que ressaltam a criminalidade cometida por pessoas tidas como “monstros”, costumam tocar nos motivos concretos que levariam à existência da criminalidade. Mas não raro ferem a dignidade alheia e espalham o medo entre os cidadãos, criando um contexto cada vez mais sedimentado de uma violência supostamente causada apenas pelos ditos “marginais”, para os quais os porta-vozes do sensacionalismo, deveriam ser executados rapidamente.

“O objetivo não consiste em resguardar a sociedade da violência, mas em reprimir - e assim oprimir com mais eficácia as classes populares.” (BICUDO, 1995, p. 44-45).

6 A ORIGEM DOS CONCEITOS

Mas este trabalho correria o risco de ficar vago se apenas tratasse do indivíduo assumindo uma postura menos humana perante si mesmo e aos demais. É preciso esclarecer também como acontecem as classificações de pessoas e coisas, o que são signos, como acontece a difusão destes, e o que é institucionalização. Atrelado a isso, vem a necessidade de explicar, neste e no próximo capítulo, como o ser humano entende a realidade.

Antes de tudo, a realidade é indiferente. Então, para entendê-la o ser humano a nomeia tanto quanto for necessário. Assim poderá trocar impressões por meio de signos linguísticos com as pessoas que lhe convir. Este ato de nomear os corpos que compõem a realidade foi extensivamente estudado por linguistas como o estadunidense Charles Sanders Peirce e o suíço Ferdinand de Saussure, os quais se empenharam para esmiuçar a forma como os objetos são percebidos e entendidos pela mente humana.

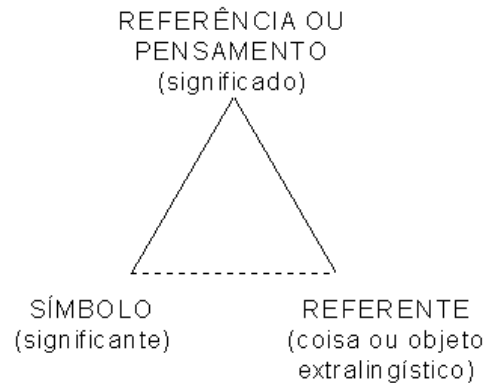
O signo seria, afinal, algo que substitui ou representa as *coisas*, isto é, a *realidade*. [...] Para Charles S. Peirce, um dos fundadores da semiótica, a característica básica do signo é a de poder representar as coisas ou objetos: ‘Mas, para que algo possa ser um signo, esse algo deve ‘representar’, como costumamos dizer, alguma outra coisa (1977 apud BLINKSTEIN, 2003, p. 20, grifos do autor)

Em seu livro *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade* (2003) o brasileiro, doutor e livre-docente Izidoro Blinkenstein detalha como deve ter sido difícil para o jovem Kaspar Hauser, protagonista do filme alemão *Jer für sich und Gott gegen alle* (1974), ser capaz entender a realidade ao seu redor, uma vez que ele ficou até os 18 anos privado do contato com outras pessoas, de modo que para este personagem faltavam as ferramentas que auxiliam na apreensão de mundo e na comunicação, ou seja: os signos.

Assim, usando este filme como exemplo, Izidoro faz associações no decorrer de seu ensaio para explicar o processo cognitivo de percepção que se desenvolve aos poucos no ser humano e que para Kaspar Hauser só teve início mais tarde, em sua vida adulta.

Dentre essas associações estão os conceitos de referente, significado e significante, usados pelos britânicos C.K. Ogden e I.A. Richards, além de outros estudiosos, para compor os vértices de um triângulo que serviria como ferramenta para ilustrar como a mente humana classifica e assimila o mundo ao seu redor.

Figura 1 – Triângulo de C.K. Ogden e I.A. Richards



Fonte (HASSEGAWA, 2009)

De modo simples, a relação entre realidade e signo acontece quando:

- Um objeto (referente) é visto;
- Então ele recebe um símbolo para representá-lo (significante);
- E com isso, será criado na mente do indivíduo um entendimento (significado) do que seria aquele corpo observado.

O processo de comunicação aconteceria após a assimilação dos significados, o que possibilitaria o intercâmbio de signos. Sendo sempre importante ter em vista que o ambiente no qual o ser humano se desenvolve influenciará neste processo de entendimento. Em outras palavras, será a cultura de cada sociedade, uma das responsáveis por impor, manter ou até mesmo derrubar o valor dos signos que compõem uma determinada linguagem.

É possível assim, notar que a realidade não chega a ser vista e entendida de fato, mas sim etiquetada e modificada através de um processo que a fabrica conforme a conveniência de cada instituição.

7 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E SUAS SEQUELAS

Conforme explicam os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2012) em seu livro *A construção social da realidade*, uma instituição, só por existir, já evidencia o controle sobre a vida humana, estabelecendo seus padrões, justamente por funcionar na forma de um mecanismo elaborado pelos membros de uma sociedade para organizar o fazer diário de coletividades humanas num determinado espaço de tempo. E sendo as suas regras, tanto explícitas quanto implícitas as bases sobre as quais se ampara, originadas tão-só por decisões humanas com propósitos meramente utilitários.

Assim que nasce, o indivíduo é introduzido à uma sociedade (isto é, um conjunto de pessoas que convivem tendo objetivos em comum), a qual lhe deixará claro que para o bem dele será necessário se adaptar às “regras da casa”. Esta é a realidade daqueles que crescem em meios sociais, onde cada etapa deste processo de adequação estará baseada numa linguagem específica, que servirá como transporte de signos dentro da atividade comunicacional.

Durante este aprendizado, os indivíduos poderão começar a construção de algum sentido às histórias de sua vida, na medida em que conhecimentos forem sedimentados em suas mentes ao longo dos anos, até gerar a identificação com seu grupo, e posteriormente, quando conseguirem um trabalho. Sendo nesta etapa que os indivíduos poderão se ver como tendo valor por aquilo que fazem. De modo que sua função passa a ser quem eles são.

Portanto, o mundo que se acha ao alcance dos indivíduos será entendido através da assimilação de signos compartilhados pelos membros de sua sociedade, que conta com uma bagagem simbólica, seja específica, seja pertencente ao senso comum; e que será constantemente naturalizada nas mentes da geração presente e posteriormente passada para as gerações seguintes sob a forma de tradição.

Para dar concretude ao abstrato através de palavras e ações, processo este tido como objetivação, o indivíduo, precisa antes, aprender a classificar em signos aquilo que vê, num outro processo conhecido como tipificação. Só assim ele poderá exteriorizar o que se passa em seus pensamentos e desse modo materializar em sua conduta essas cognições.

Por isso se faz fundamental a compreensão da linguagem. Será por ela que cada novo integrante da sociedade poderá ser iniciado através da troca de sinais.

A linguagem tem origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana, referindo-se sobretudo à realidade que experimento na consciência em estado de vigília, que é dominada por motivos pragmáticos (isto é, o aglomerado de significados diretamente referentes a ações presentes ou futuras) e que partilho com outros de uma maneira suposta evidente. (BERGER; LUCKMANN, 2012. p. 57)

Conforme afirmam Berger e Luckmann (2012), os signos linguísticos e sua presença incontestavelmente factual se impõem sobre o ser humano como ferramenta fundamental de seu processo de socialização. Através de seus meios coercitivos a linguagem fará com que o ser se adapte aos seus padrões, interiorizando as regras do sistema linguístico e conseqüentemente um ponto de vista sobre o mundo baseado neste universo simbólico.

A instituição familiar e posteriormente a escolar apresentarão à criança as formas verbais, gestuais e imagéticas da linguagem cotidiana a fim de estimulá-la a interagir com os demais membros da sociedade. Será possível assim, que venha a se tornar uma cidadã, através do entendimento do ambiente que a cerca ao se usar os significados aprendidos para classificar o que lhe estimula os sentidos.

Durante o desenvolvimento orgânico individual, sua inerente animalidade não será completamente removida, mas parte desta é substituída por uma postura artificial que lhe ensinará os comportamentos estáveis e previsíveis para a sua comunidade, além de lhe conferir certa direção durante sua vida.

“A inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta.” (BERGER; LUCKMANN, 2012. p. 75).

Surgem então os hábitos, que nada mais são do que atividades padronizadas que podem ser reproduzidas com considerável praticidade e da mesma forma ser repassados no futuro, a fim de proporcionar a mesma economia de esforço.

Eis a origem das instituições: elas nasceriam da soma dos pensamentos individuais reunidos em coletivos concordantes de visões sobre como fazer “o aqui e o agora”. Com isso, acaba sendo criado todo um corpo de tradições, que vão sendo reforçadas conforme são transmitidas e reiteradas.

Nota-se aí um trabalho contínuo que tem como consequência o estabelecimento de relações de controle através dos tempos, pois as instituições são construídas aos poucos dentro de uma história compartilhada. Elas, na medida em que são formadas, impõem de volta aos seus

criadores, uma série de métodos de dominação voltados para tornar a vida o mais fluxogrâmica possível.

Portanto, não é difícil concluir que a instituição antecede os indivíduos e impõe-se sobre eles até que suas regras sejam absorvidas. Caso o sujeito não se enquadre ele passa por ostracismo. Um processo que pode acarretar uma parcela de traumas e que demanda esforço para serem assimiladas, e outro maior ainda para ter suas influências removidas caso isso seja preciso e/ou desejado. Tanto ela quanto suas regras não são provenientes da natureza. São frutos das decisões humanas. Dentro das quais o homem será escultor e escultura num processo dialético constante entre sua vontade e o mundo que se estabelece diante dele.

Não há muito espaço em ambientes institucionais para a discordância, devido à própria natureza coercitiva destas. Se o objetivo primeiro de se criar uma instituição é o de padronizar o comportamento social, então aquele que se atrevesse a tentar qualquer caminho alternativo para realizar uma ação, (e isso pode ir desde as roupas que usa, até a forma que fala) acabaria certamente sendo visto com maus olhos pelos demais.

Para ajustar sua visão de mundo, o educando precisaria refletir sobre os fatos que lhe chegam e traduzi-los fazendo uso de uma lógica que será legitimada pela linguagem e o que ela carrega como sendo a versão correta da realidade, para a qual o próprio indivíduo irá se esforçar visando manter-se “na linha”. Ou seja, ele, na medida da efetividade de sua socialização, focará seus pensamentos e ações para não se desviar das definições que recebeu a respeito da conduta coerente que deve ter entre seus iguais.

“Por conseguinte, todo suposto ator do papel X pode ser considerado responsável por conformar-se com os padrões, que podem, ser julgados parte da tradição institucional e usados para verificar as credenciais de todos os executantes, e além disso servir como controles.” (BERGER; LUCKMANN, 2012. p. 100).

Aceitar representar um papel acarreta dois efeitos: o primeiro é o reforço da ideia de que aquele papel ainda é necessário. Já o segundo diz o quanto aquele papel é importante não somente para si mesmo, como também para compor e sustentar a existência da instituição. Algo que não se mantém à parte da vida humana. Símbolos podem carregar seus valores e transmitir o que a instituição é, mas eles morrem em corpo e significado se não tiver alguém que lhes dê importância a ponto de ensiná-los.

7.1 Socialização primária e secundária

Há dois estágios no processo de socialização conforme explicam Peter L. Berger e Thomas Luckmann. Enquanto o indivíduo é criança, ele passa pela “socialização primária”. Neste momento ele não só receberá informações e memorizará regras, como também irá assimilar junto com tudo isso uma forte carga emocional. De modo que, o que for aprendido nessa primeira fase, poderá ecoar pelo resto de sua vida, e só vai mudar caso o indivíduo passe por grandes choques de realidade, que o farão questionar o que aprendeu na infância. O mundo que ela entender neste período de aprendizado costuma ser apresentado por seus pais, entendendo-se aqui por “pais”, logicamente aqueles responsáveis pela criação da criança e por ajudá-las a se percebem como pertencentes a uma ordem social.

Sua personalidade será produzida a partir desta introdução de mundo. E junto com o entendimento dela, virá o de quem são as pessoas ao seu redor. Nisso é criada em sua mente a compreensão de como é a identidade geral dos indivíduos de sua comunidade.

No fim desta etapa, ela se identificará não somente com seus pais, mas também com as outras pessoas que compõem sua sociedade.

Já a socialização secundária se inicia somente após a formação de sua personalidade, decorrente da interiorização da imagem geral dos membros de sua sociedade à qual pertence. A partir disso o indivíduo estará pronto para assimilar os submundos institucionais com seus vocabulários próprios.

Parte deste novo modo de vida irá agregar à perspectiva do indivíduo mudanças gradativas, que poderão, em tese, abalar o que foi introjetado em sua mente durante a socialização primária. Este momento de desconstrução costuma ocorrer, contudo, por meio de choques e argumentos bem estruturados o bastante para que possam denunciar as incoerências dos antigos ensinamentos. Só assim a pessoa entenderá que o mundo que seus pais apresentaram e as regras dentro dele, não eram únicos. E sim, apenas mais uma ocorrência episódica numa história maior.

Todavia, mesmo que indivíduo comece a perceber-se dentro do contexto institucional, não haverá garantias de que ele possa notar em princípio todos os efeitos das instituições em sua vida. A própria origem das instituições poderia lhe escapar. Dando-as a impressão de serem “a vida como ela é”, ou seja, inevitáveis. Então para despertar deste estado de consciência, ele precisaria

enxergar que aquilo era na verdade uma artificialidade, e que nada teria, nem de definitiva, nem de vontade divina.

Este esquecimento que o homem teria de sua participação na construção de seu mundo social leva o nome de reificação, e seus efeitos não param apenas na ignorância de que detém o poder para elaborar e modificar seu modo de vida. A consequência mais agravante da reificação é a desumanização de seu mundo e a sua inferiorização de seu ser através da perda de sua autonomia.

8 A MANUTENÇÃO DA REIFICAÇÃO PELO SENSACIONALISMO

Estando aliadas, a desinformação e a opressão, poderiam assim, em tese, criar um estado de esquecimento do homem para com a sua participação na construção de seu mundo social. Este tipo de ignorância que pode ser fomentada entre o povo é explicada pelos sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2012) em seu livro *A construção social da realidade* e leva o nome de reificação. E seus efeitos não param apenas na ignorância cultivada na mente dos cidadãos, que sempre tiveram o poder para elaborar e modificar seu modo de vida. A consequência mais agravante da reificação é a desumanização de seu mundo pela inferiorização dos indivíduos na aparente perda de sua autonomia através do reforço da impressão de que a “a vida como ela é, sempre foi, e sempre será assim”.

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana *como* se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e, mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma facticidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o *opus proprium* de sua mesma atividade produtora. (BERGER; LUCKMANN, 2012 p. 119, grifos dos autores).

Ciro Marques Filho, em seu livro *Televisão*, já alertava sobre a questão da superexposição de imagens e seus possíveis efeitos.

Interessa especialmente a questão ao jornalismo, porque demonstra que também a exaustão das imagens, a troca constante de cenas, a transformação do telejornal num movimento intensivo, desgastante, obsessivo de visuais acaba por cansar pelo excesso, por tornar o telespectador absolutamente indiferente a eles. Quanto maior o investimento na atenção para reter o telespectador diante da tela, menor será seu interesse em observar as cenas, que vão se tornando uma sequência entediante de apelos. Como diz o pensador alemão Hans Freier, nas notícias as imagens mudam, mas o olhar permanece. (MARQUES FILHO, 1994, p. 60-61).

Posto isso, não fica difícil supor que repetições incessantes de imagens recheadas de sangue em jornais policiais sensacionalistas, e os constantes discursos taxativos de seus apresentadores, feitos aos berros e cheios de estereótipos, acabariam por criar um ambiente no

qual, situações desumanizantes se tornariam habituais e, por conseguinte, aceitáveis. Uma conformação com o degradante seria incutida por este tipo de conteúdo transmitido.

Algo que Étienne de La Boétie, já tratava em seu *Discurso da Servidão Voluntária*, no qual dizia que uma das razões para que as pessoas aceitassem uma condição de vida, por pior que esta fosse, seria o hábito.

Assim, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito. [...] Os homens dizem que sempre foram súditos, que seus pais viveram desse modo. Pensam que são obrigados a suportar o mal, persuadem-se com exemplos e consolidam eles mesmos, com o passar do tempo, a posse daqueles que os tiranizam. Mas, na verdade, os anos nunca dão o direito de praticar o mal. Antes aumentam a injúria. (LA BOÉTIE, 2013, p. 50).

Assim, a banalização da violência por um jornalismo descuidado e que faz juízo de valor, poderia colaborar para que a população perca seu ímpeto pela melhora e habitue-se com a rotina de dias pessimistas. As chances de remodelar a realidade social ficaria cada vez mais distante por terem sido seus feitores cada vez mais desestimulados de reajustá-la, devido à uma instituição que reforça apenas a necessidade de mais violência imediata para com as pessoas mais fragilizadas economicamente que cometeram algum crime.

Pereira (1995) já havia explicado isso, inclusive citando um trecho transcrito de um discurso da III Celam (Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano), realizada em 1979, na cidade de Puebla, no México, para tratar sobre a violência e a opressão dos poderosos para com os desfavorecidos. O trecho destaca que este tipo de violência é “gerada e fomentada tanto pela injustiça, que se pode chamar de ‘institucionalizada’ em diversos sistemas sociais, políticos e econômicos, quantos pelas ideologias que a transformam em meio para a conquista do poder. Este último provoca por sua vez, as proliferações dos regimes de força, muitas vezes inspirados na ideologia da segurança nacional”.

Ainda segundo Pereira (1995) “na raiz desta forma de injustiça está um sistema sócio-econômico intrinsecamente mau”, por estar baseado na desigualdade entre ricos cada vez mais poderosos e pobres cada vez mais desprezados e submissos.

Para manter essa injustiça, cometem-se inúmeras violências, e a maior delas consiste em retirar do povo a possibilidade de participar da vida política, econômica e social do país; consiste em dificultar, ou mesmo impedir, a livre organização e associação dos cidadãos para a defesa de seus direitos mais legítimos, deixando a brutalidade frequentemente impune.

Mas, em nossos dias, a violência que conta é a violência atribuída ao marginal, e contra ele se joga uma violência muito maior, que visa a sua eliminação. (PEREIRA, 1995, p. 10-11).

Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2012), já haviam ressaltado o quanto as instituições poderiam exercer controle sobre a vida humana, sendo elaboradas e mantidas unicamente para ditar como seus membros devem levar a vida, num ciclo eterno de modelamento com propósitos utilitários.

Propósitos estes que se rumarem para a reificação, devido em parte ao que vem do sensacionalismo policial, levariam as pessoas a se adaptarem à opressão da violência diária e à inanição política crônica. Decisões para melhorar a sociedade não seriam mais tomadas neste cenário, onde coação e constrangimento seriam normais.

A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e, portanto, pode ser refeito por eles. Em outras palavras, é possível dizer que a reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não humana, não humanizável, inerte. Tipicamente, a relação real entre o homem e seu mundo é invertida na consciência. O homem, o produtor de um mundo, é apreendido como produto deste, e a atividade humana como um epifenômeno de processos não humanos. Os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, “produtos da natureza das coisas”. Deve-se acentuar que a reificação é uma modalidade da consciência ou, mais precisamente, uma modalidade da objetivação pelo homem do mundo humano. Mesmo apreendendo o mundo em termos reificados, o homem continua a produzi-lo. Isto é, paradoxalmente o homem é capaz de produzir uma realidade que o nega. (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 119).

Entretanto, os mesmos autores lembram em seu livro, que Karl Marx chamava a consciência reificadora de “falsa consciência”, e que este conceito também pode ser relacionado ao que Jean Paul Sartre descreve como “má-fé”. O que deixa em evidência uma brecha para se questionar o quanto a reificação poderia mesmo mudar na vida das pessoas que toca.

9 UM EFEITO COLATERAL DE SE DESUMANIZAR UM ESTUPRADOR

Outro aspecto a ser destacado são os efeitos indiretos deste tipo de desumanização cujos sinais podem ser vistos ao ler-se um artigo publicado na edição 855 do site *Observatório da Imprensa*. Nele a jornalista e mestre em comunicação, Sávia Lorena Barreto Carvalho de Souza argumenta *Por que não se deve chamar estupradores de monstros*.

No texto, Sávia relembra o caso ocorrido em 27/05/15, na cidade de Castelo do Piauí, quando quatro jovens entre 15 e 18 anos foram violentadas e abusadas sexualmente por homens comuns, e não por monstros, como ela insiste em reiterar e em seguida justifica o motivo destes termos (estuprador e monstro) não poderem ser encarados e difundidos como sinônimos, seja pelos programas policiais de TV, pelas redes sociais ou por qualquer outro meio.

Para Sávia (2005), “a verdade é que os estupradores são pessoas comuns, geralmente conhecidos das vítimas, um vizinho, um parente. Estupradores podem ser doentes mentais, mas nem sempre são. Estupradores podem ser drogados sem consciência, mas nem sempre. Não existe punição de monstros porque monstros são seres que vivem no universo da fantasia. Na própria nomeação dos criminosos, o estupro deixa de ser reflexo de uma sociedade de gêneros desiguais para ser da esfera do irreal”.

Nisso, a autora dá a entender que não encarar os estupradores como pessoas comuns, só colaboraria para desviar o foco da discussão a respeito do tratamento desproporcional que é dado aos homens e mulheres desde a mais tenra idade na sociedade brasileira. Esta, que muitas vezes considera a vítima de abusos sexuais como a culpada por ter facilitado o crime, seduzindo seu agressor; e não como uma semelhante, que merece ser protegida e tratada de forma digna, assim como qualquer outro cidadão.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após demonstrar alguns exemplos do jornalismo sensacionalista brasileiro e argumentar o quanto seu posicionamento polêmico, e nada imparcial, poderia influenciar na rotina dos cidadãos, a conclusão a que se chega é que a coisificação humana promovida pelas falhas de alguns veículos jornalísticos, sendo os policiais sensacionalistas aqui destacados, acontece quando apressadas tipificações e generalizações são feitas a respeito dos acusados, além das palavras de ordem que são esbravejadas indicando que o extermínio desse tipo de gente seria a única solução para o problema da criminalidade no Brasil. Desse modo o sistema jurídico acabada sendo depreciado também, ao ser passada a impressão de que ao mesmo restaria apenas o papel de um coadjuvante obsoleto diante deste sistema penal midiático que se impõe como detentor da moral e assertivo identificador de criminosos.

Mas ao se retomar o que foi dito pelas jornalistas Luciana Bistane e Luciene Bacellar, nota-se que este é de fato um tipo cínico de jornalismo que exige o fim de “monstros” que ele usa para ter o que transmitir. Sendo preciso levar-se sempre em conta que tais “monstros” são por diversas vezes “fabricados” para garantir o apelo emocional destes programas, capazes de manter funcionando este tipo de entretenimento sádico, que atropela e estilhaça o espelho da “consciência crítica” descrito por Noblat, além de espalhar o medo e fomentar o conformismo, enquanto se ampara na desculpa de informar a população.

Torna-se oportuno também neste momento, observar que, apesar do sensacionalismo policial coisificar os indivíduos ao tipificar precipitadamente os suspeitos de cometerem algum crime, sem cumprir o dever de contextualizar a situação e adiantando-se a qualquer investigação, permanece uma margem evidente para interpretar o comodismo e a aceitação da população para com a banalização da violência e a reificação, como sendo respectivamente o que La Boétie chamava de hábito e Sartre chamava de má-fé.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

APÓS ofensa a ateus, Band terá de exibir campanha sobre liberdade religiosa. Carta Capital. 2015. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/apos-ofensa-a-ateus-band-tera-de-exibir-campanha-liberdade-religiosa-9813.html>>. Acesso em: 05. ago. 2017

BACELLAR, Luciane; BISTANE, Luciana. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAHIA, Juarez. **História da imprensa brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BENFICA, Gustavo. **O que Sartre pode nos ensinar sobre o existencialismo**. Nova Iguacu, 2014. Disponível em: < <http://blog.elefanteverde.com.br/sartre/#.Wg7zNranG00>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BERGER; LUCKMANN. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BLINKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2013.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERNANDES NETO, Guilherme. **Direito da Comunicação Social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

HASSEGAWA Toshikazu. **Semiótica e informática, mais que uma rima, uma preocupação**. Fonte: Companhia de Informática do Paraná – Celepar. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1334>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

HÉLIO PEREIRA, Bicudo. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Editora Moderna LTDA., 1995.

LÁ BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Texto Integral (Edição bilíngue), Tradução Casemiro Linarth. São Paulo: Martim Claret, 2009.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Marconi. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão**. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 1994.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PREVIDELLI, Amanda. **Band é condenada por ofensa de Datena a ateus**. 2013. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/datena-e-condenado-por-ofender-ateus-em-programa/>>. Acesso em: 04. ago. 2017.

RIBEIRO, Alex. **Caso escola base – Os abusos da Imprensa**. São Paulo: Ática, 2000.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução: Rita Correia Guedes. Fonte: L' Existentialisme est un Humanisme, Les Éditions Nagel. Paris, 1970. Disponível em: < http://stoa.usp.br/alexcarneiro/files/1/4529/sartre_existencialismo_humanismo.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 17. ed. Tradução Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2009.